

DUPLICAÇÃO DE RODOVIA

BR 262: parceria será modelo

Se implantada a PPP, acordo entre governo e iniciativa privada vai ser referência para país

▄ RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

Se a proposta da presidente Dilma Rousseff de fazer a duplicação da BR 262 em regime de parceria público-privada (PPP) for levada adiante, a obra da rodovia que corta o Espírito Santo e liga-o a Minas Gerais poderá ser um projeto piloto para o país nas concessões rodoviárias.

Segundo o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit-ES), Halpher Luiggi, nenhuma das estradas federais concedidas à iniciativa privada foi no regime de PPP. Embora sem definição de como será o tipo de parceria que o governo vai propor, ele adiantou que para a 262 a PPP “é o melhor modelo”.

A PPP também é considerada boa alternativa pelo presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-ES), Helder Carnielli. “Talvez esse seja o modelo que solucionaria os problemas do tráfego na 262”.

PARTICIPAÇÃO

Carnielli adverte, no entanto, que a modelagem precisa ser apresentada à sociedade e discutida. “O governo não pode repetir os erros do edital anterior. Não pode apresentar uma proposta e depois mudar sem discutir as alterações com a população”.

A expectativa é que os erros que levaram o leilão ao fracasso sejam sanados e que o novo projeto, que deverá ser discutido em novas audiências públicas tenha os acessos aos municípios com viadutos apropriados e a tarifa do pedágio seja justa, explicou o presidente do Crea.



DNIT/DIVULGAÇÃO

Trecho capixaba da BR 262, rodovia que virou dor de cabeça para o governo, após fracasso do leilão

RUMOS DE UMA ESTRADA ABANDONADA

Lei

A lei 11.079, de 30/12/2004, instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública.

O que é

Parceria público-privada é o contrato

administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

Patrocinada

Concessão patrocinada é a concessão de serviços ou de obras públicas, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários

contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Administrativa

Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a administração pública seja a usuária direta ou

indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Império

A referência de PPP vem desde a época do imperador Pedro II, quando ele implantou a maior parte das ferrovias brasileiras no século XIX, por subsídio.

Leilões vão ser aperfeiçoados

▄ A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, reforçou que haverá mudanças nos leilões de rodovias, portos e ferrovias dentro do Programa de Infraestrutura e Logística (PIL). Ela ponderou que o programa é “dinâmico”. “O que precisarmos adequar, vamos adequar; isso não é problema”.

Líder da bancada vê “bom sinal”

▄ Coordenador da bancada capixaba, o deputado Paulo Foletto (PSB) vê como “bom sinal” o novo rumo anunciado para a rodovia. “Parceria privada ou obra pública indicam solução. Tanto o governo federal quando Espírito Santo e Minas Gerais precisam dessa duplicação. Seria bom que a primeira tentativa tivesse dado certo, mas o reconhecimento da presidente me deixa satisfeito e mostra que todos estão aprendendo e que não houve erro voluntário ou má intenção”, ameniza.

Foletto atribuiu a ausência de interessados no leilão à “colcha de retalhos” do edital. “Ideal e mais objetivo seria o Dnit fazer toda a obra, inclusive em Minas, e depois ser aberta concessão para manutenção e serviços”, opinou.

Procurados, não se manifestaram os ministérios da Casa Civil e dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e o comando nacional do Dnit. (Rondinelli Tomazelli)

Plano de Dilma é confissão de erro

▄ Ao anunciar em Nova York uma obra 100% pública ou no regime de parceria público-privada (PPP) para a BR 262, a presidente Dilma Rousseff recuou e reconheceu seu erro ao jogar a rodovia num leilão que não atraiu empresas, fixava tarifas altas e não dava garantias de duplicação no prazo.

É o que avaliam os deputados federais Lelo Coimbra (PMDB) e César Colnago (PSB), até simpáticos às novas possibilidades apesar do atraso do

Executivo. “Considero a PPP muito interessante: dá clareza nos valores e no compartilhamento de ações entre o governo e a iniciativa privada. Será feita uma modelagem capaz de responder à questão. Faremos todo o esforço novamente e conseguiremos dar um passo adiante”, diz Lelo.

Para o peemedebista, o novo discurso de Dilma ainda derruba a tese pregada pelo governo de que o leilão fracassou devido à politização do caso pela

bancada capixaba.

Oposicionista, Colnago cobra coerência e acusa o Planalto de incompetência gerencial e desconhecimento: “Já temos um terço do trecho licitado e toda a nossa reivindicação é que a obra seja pública. Depois de concluída a duplicação, aí se discutiria uma tarifa de pedágio para manutenção. E não pode ser uma obra meia-sola; tem que diminuir as mortes e acidentes”.

Parlamentares também cobram tratamento equitativo dado pelo governo

a outros Estados. Várias pistas de grande fluxo no país foram duplicadas com dinheiro federal, cobrando-se pedágio apenas para manutenção, serviços e primeiros socorros.

“Queremos isso também. A BR que liga Minas a São Paulo (Fernão Dias, 400 km) foi toda duplicada pelo Dnit com recursos federais, e a tarifa hoje é R\$ 1,90 numa concessão só para manutenção”, enfatiza o senador Ricardo Ferraço (PMDB). (Rondinelli Tomazelli)